

Sarney cobra solução de Cardoso

148
DIANA FERNANDES

Convencido de que é constitucionalmente impossível reduzir os salários dos parlamentares, o presidente do Congresso, senador José Sarney, espera agora do presidente Fernando Henrique Cardoso uma solução para o caso. Lembrando que os parlamentares nada podem fazer para mexer em seus próprios salários, como está previsto no artigo 49 da Constituição, o presidente do Congresso considera que o problema agora é do Executivo. Ele aguarda que o presidente Fernando Henrique encaminhe uma mensagem ao Congresso confirmando que ele, o vice-presidente e os ministros vão abrir mão de parte de seus salários e propondo uma forma legal e constitucional de os parlamentares fazerem o mesmo.

Com o mal-estar criado pelo

pronunciamento do Presidente na sexta-feira, o senador José Sarney não esconde sua irritação e, ao mesmo tempo, sua curiosidade. A mensagem do Presidente sobre o assunto — se de fato ela for encaminhada ao Congresso — já é considerada inconstitucional, porque compete “exclusivamente” aos parlamentares decidirem sobre fixação de seus salários, do Presidente, do vice e dos ministros. “Mas quem sabe ele encontre uma forma jurídica perfeita para conseguir o que quer”, afirma um dos assessores da presidência do Senado. Sarney, segundo seus assessores, não teme o ônus da decisão de não reduzir os salários, porque se considera amparado pela Constituição.

Saída — O presidente do Congresso quer agora é saber como o

presidente Fernando Henrique encontrará uma saída para se livrar do problema que ele mesmo criou. A impressão dos parlamentares, tanto na Câmara como no Senado, é de que Fernando Henrique criou uma situação desconfortável no Congresso, sem necessidade. Na avaliação de José Sarney e seus assessores, Fernando Henrique terá que acumular dois problemas: a redução dos salários dos parlamentares e o desconto de 25% do seu salário e dos salários dos ministros. Este desconto, de acordo com técnicos do Congresso, é juridicamente inviável. “E se essa parte for doada para entidades de caridade ou programas assistenciais não significa nenhuma economia, porque o dinheiro continuará saindo do Tesouro”, lembra um assessor próximo de Sarney.